

# Opção pelo Passado

4 ABR 1989

**T**em razão o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em criticar a resistência do Congresso à aprovação dos cortes de gastos públicos previstos no Plano Verão. O Congresso omitiu-se no aprofundamento dos cortes e rejeitou as propostas de privatização de estatais que auxiliariam vigorosamente no saneamento das finanças públicas. E ainda fez pior ao ressuscitar, semana passada, mais três estatais que não faziam falta ao país.

Não foram essas decisões, necessariamente, que contribuíram para a inflação de 6,09% em março. Com o congelamento de preços, todos os reajustes permitidos e que tomam por base a inflação acumulada em seis ou doze meses, passam a exercer um peso considerável no índice final apurado. O ministro da Fazenda, porém, está certo em atribuir ao Congresso a frustração que ameaça tomar conta da sociedade quanto aos rumos do Plano Verão.

O diagnóstico que levou ao Plano Verão em 15 de janeiro indicava a urgente necessidade de encolhimento das funções do Estado. Nesse sentido, além da subordinação dos gastos às receitas disponíveis, o governo propôs a extinção de diversos órgãos, a demissão de funcionários e a extinção e a venda total ou parcial do capital das estatais.

Como se sabe, o Congresso preferiu se comprometer apenas com a aprovação da parte popular do plano: o congelamento de preços que, como a andorinha, não faz verão. Sem a garantia de que as despesas públicas vão, de fato, ser contidas, a sociedade — pelos empresários, trabalhadores e consumidores — começou a dar mostras de temer que o plano não responda ao que veio: evitar a hiperinflação.

Trata-se, sem dúvida, de um temor precipitado, pois a inflação de março está muito aquém dos 40% ou 50% previstos antes do Plano. De qualquer forma, o princípio de desabastecimento evidencia a resistência dos empresários em acionar a produção (pois é mais cômodo e vantajoso aplicar os recursos

nos juros do *overnight*) e a preocupação dos consumidores, altamente remunerados na poupança ou no *overnight*, em adquirir bens antes que seus preços voltem a subir.

Ambos os lados não deixam de estar certos. Afinal, se a causa básica da inflação é o descontrole dos gastos públicos e estes não são atacados na intensidade exigida, persistem as condições para a inflação recrudescer. Pela retração da produção e pela intensificação do consumo, o país acaba assistindo a outra forma de inflação: a do desequilíbrio entre a oferta de bens (reduzida) e a procura (aquecida).

Desde 1º de fevereiro de 1987, quando se instalou a Assembleia Nacional Constituinte, o Congresso tem dado provas de falta de compromisso com o presente e o futuro do país. Ignorando o que se passava no mundo em termos de mudanças econômicas, políticas e sociais (*glasnost* e *perestroik* no bloco socialista, integração da Europa em dezembro de 1992, integração dos Estados Unidos com o Canadá, o poderio do Japão e dos tigres asiáticos), os deputados e senadores aprovaram uma Constituição que restringiu o campo dos investimentos estrangeiros e ampliou a proteção aos cartórios pelo Estado brasileiro. Mas, ao transferir receitas para estados e municípios, reduziu o poder tributário da União para arcar com os seus compromissos. Deixou um quadro de ingovernabilidade econômica que o Plano Verão — na redução do tamanho do Estado — procurava remediar.

Ainda há tempo para o Congresso entrar em sintonia com a onda de modernidade que varre o mundo. É uma questão de optar entre a economia de mercado e a ficção do Estado provedor de tudo, que está sendo abandonada na União Soviética, China e no bloco socialista. O Brasil precisa de regras de jogo racionais e coerentes para a retomada segura do crescimento ou acaba novamente no caminho da hiperinflação.